A GESTÃO DEMOCRÁTICA NO PLANO NACIONAL DE EDUCAÇÃO (2014-2024): BALANÇO DO CENÁRIO AMAPAENSE

Ilma de Andrade Barleta
Universidade Federal do Amapá
ilma.barleta@unifap.br

Juliana Milena Ferreira Dias
Universidade Federal do Amapá
julianamilenadias@gmail.com

Nayla Lidian Santos do Nascimento
Universidade Federal do Amapá
naylanascimento.ap@gmail.com

INTRODUÇÃO

Este trabalho de pesquisa faz parte dos estudos desenvolvidos no âmbito do Programa de Educação Tutorial do curso de Pedagogia, da Universidade Federal do Amapá (PET Pedagogia). O objetivo central consistiu em analisar a gestão democrática no Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 - em especial a questão da escolha do diretor escolar - e seus desdobramentos na realidade educacional do estado do Amapá.

A gestão democrática na educação pública é um princípio constitucional desde 1988. Apesar disso, documentos normativos e regulatórios do campo educacional ainda precisam reafirmar a necessidade de implementação desse modelo de gestão nos sistemas de ensino. Tendo em vista o final do decênio previsto para efetivação do PNE 2014-2024 este trabalho de pesquisa questiona: qual é o cenário da realidade amapaense no tocante a gestão democrática previstas na meta 19 do PNE 2014-2024 em sua estratégia 19.1?

Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica e análise documental. Os documentos principais foram o PNE 2014-2024, o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento do PNE (2022) e o Relatório de Monitoramento do Plano Estadual de Educação do Amapá biênio 2018/2019 (2022). Os principais resultados da pesquisa apontam que, apesar de Lei nº 1.503/2010 instituir a gestão democrática na rede de ensino público estadual do Amapá e o PNE reafirmar esse modelo, a eleição para diretor escolar ainda não é uma realidade para a maioria das escolas.

DISCUSSÕES E RESULTADOS

Partimos do pressuposto de que “a participação democrática não se dá espontaneamente, sendo antes um processo histórico em construção coletiva”. (PARO, 1998, p.46). Com efeito, os mecanismos/instâncias de gestão democrática nas intuições de ensino são essenciais para o exercício da prática social democrática que deve ser vivenciada no cotidiano escolar.

Gerir democraticamente uma escola pública, uma organização social dotada de responsabilidades e particularidades, é construí-la coletivamente. Isto significa contrapor-se à centralização do poder na instituição escolar, bem como primar pela participação dos estudantes, funcionários, professores, pais e comunidade local na gestão do estabelecimento, na melhoria da qualidade do ensino e na luta pela superação da forma como a sociedade está organizada. (DOURADO, 2006, p. 30).

A base legal da gestão democrática como princípio orientador do ensino público se deu com a Constituição Federal de 1988. Posteriormente, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 reafirmou a gestão democrática como diretriz do sistema de ensino em seu art. 3º, inciso VIII, remetendo a aplicação dessa política educacional a todas as unidades federadas, dando autonomia aos entes federados para implementação desse modelo de gestão nas escolas públicas. Com efeito, ficou a cargo dos sistemas de ensino a regulamentação da gestão democrática.

Nessa direção, o PNE 2014-2024 também estabeleceu a implementação da gestão democrática, na medida em que trouxe na meta 19 a seguinte redação: garantir condições no prazo de 2 anos para a efetivação da gestão democrática no âmbito educacional. A meta 19 se desdobra em 8 estratégias, das quais chamamos a atenção para a estratégia 19.1 que apresenta o seguinte indicador (19A): percentual de escolas públicas que selecionam diretores por meio de processo seletivo qualificado e eleição com participação da comunidade escolar.

Sobre esse indicador o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento do PNE (BRASIL, 2022, p. 394) mostrou que em termos de território nacional o país se encontra da seguinte maneira: em 2021 apenas 6% das escolas do país tiveram a eleição de diretores associada a critérios técnicos de mérito e desempenho. O percentual de 2021(6%) foi inferior ao alcançado em 2019 (6,6%) demonstrando retrocesso no atingimento da meta.

Cabe ressaltar que a escolha do diretor escolar é um processo que requer a efetiva participação popular, flui como um instrumento de gestão democrática. Haja vista que concebe à comunidade escolar a autonomia para a escolha do seu gestor administrativo, possibilitando o envolvimento de todos os agentes educacionais professores, alunos, pais e servidores de apoio; dando assim voz, a todas as pessoas que fazem parte da ação educativa no chão da escola.

No caso do estado do Amapá, destaca-se como marco divisor da implementação da gestão democrática a Lei nº 1503/2010, que regulamenta a gestão democrática nas unidades de ensino. Fato que irá se concretizar somente em 2014, quando ocorre o primeiro processo eleitoral democrático com a efetiva participação da comunidade escolar para a escolha do gestor. Neste sentido Silva e Barbalho (2019), adverte:

O processo de escolha de diretores escolares demonstra ter um ponto divergente a ser corrigido que trata, tanto da SEED/AP, quanto das demais instâncias que acompanham esse processo. A Secretaria de Educação deve ser a responsável por conduzir todo esse processo pelo fato de ser a mantenedora das unidades escolares e a instituição que sistematiza toda a política em nível de Estado. (SILVA E BARBALHO, 2019, p. 95).

A política educacional voltada a gestão democrática no estado do Amapá ganhou maior destaque nos anos 2014 a 2017, momento em que houve uma participação efetiva de 30 escolas nas formações oferecidas pela Secretaria Estadual de Educação do Amapá (SEED/AP), no que tange a orientações sobre a implementação desse processo e a formação dos conselhos escolares. Fato que, segundo Silva e Barbalho (2019), resultou na realização de eleições de 10 gestores escolares.

Os dados do Relatório de Monitoramento do Plano Estadual de Educação do Amapá biênio de 2018/2019 apontam que, do total de escolas do estado (378), apenas 10 possuem o processo de escolha da equipe gestora composta por diretor, diretor adjunto e secretário escolar acontecem por meio de eleição com participação com a comunidade escolar. Essas 10 escolas ainda estão limitadas aos dois maiores municípios populacionais do estado: Macapá (6) e Santana (4).

Os dados trazem então que apenas 4,38% de diretores das escolas estaduais são eleitos por processo seletivo ou eleição da comunidade escolar, a média nacional é de 7,1%. Já com relação a existência de colegiados intraescolares (conselho escolar, associação de pais e mestres, grêmios estudantis) nas escolas públicas do estado, os

dados apontam um total de 12,43% também limitados a Macapá e Santana, a média do país é de 40,3% de acordo com o último relatório 2022 do Inep.

Vemos então a necessidade de se desenvolver no estado do Amapá práticas mais incisivas para que levem a educação do Amapá a melhorar esses índices e, por conseguinte, alcance a meta proposta em seu PEE 2015-2025. “Meta 25: Fortalecer a gestão democrática no sistema de ensino, observando ao disposto sobre o tema tanto na legislação federal quanto na do estado, notadamente o previsto na Lei Estadual nº 1.503/2010”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a pesquisa foi possível identificar que a gestão democrática vem há anos sendo debatida. Inscrita em Lei desde a Constituição de 1988 e ratificada pela LDB nº 9394/96, ainda assim, sua verdadeira prática nas redes de ensino de todo país evolui a passos lentos e no Amapá não é diferente.

No território brasileiro há um conjunto de marcos legais que busca instituir a gestão democrática nas escolas públicas. Em se tratando do PNE 2014-2024 a meta 19 foi dedicada a esta temática, a pesar disso, muitos ainda são os desafios para plena efetivação da gestão democrática quanto se trata do cargo de diretor escolar.

Dados da SEED/AP apontam para a realidade preocupante que vivemos quanto a isso. A maioria dos cargos de diretor se dá por indicação política, não havendo incentivos a reais práticas que fomentem uma eficaz gestão democrática, visto que a população pouco tem a oportunidade de eleger os diretores das escolas em que seus filhos irão estudar.

REFERÊNCIAS

AMAPÁ, Governo do Estado do. **Plano Estadual de Educação (2015-2025)**. Amapá-AP: 2015.

AMAPÁ, Secretaria de Estado da Educação do. **Relatório de monitoramento do plano estadual de educação biênio 2018/2019**. Amapá-AP: 2022.

BRASIL, Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Relatório do 4º Ciclo De Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília, DF: Inep, 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão da educação escolar**. Brasília: UNB, 2006.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. São Paulo: Cortez, 1998.

SILVA, Norma Cordeiro da; BARBALHO, Alexandre Almeida. O processo de escolha de Gestores Escolares no Estado do Amapá. **Inovação & Tecnologia Social**. V 1. nº 2. 2019.